

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

José Cruz/Agência Brasil



Deputados de oposição na ocupação do plenário

Glauber: “Comparação com meu caso é covarde e cínica”

Na sexta-feira (8), representações contra deputados que estiveram no centro do motim que ocupou por dois dias o plenário da Câmara foram levadas à Corregedoria para início de processo no Conselho de Ética. Em princípio, a impressão é de que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deseja ser duro. Talvez não com todos os 14 deputados cujos no-

mes foram levados. Mas Motta parece querer uma punição exemplar. Dar uma resposta clara que mostre que a Câmara não considera a invasão do plenário e ocupação da Mesa Diretora algo banal e comparável a casos anteriores, como a oposição de direita tenta argumentar, ameaçando mesmo novas ações parecidas no futuro, como mostrou o Correio Político.

Greve

Na linha de argumentação feita pela direita, o que houve foi comparado com o que fez em abril o deputado Glauber Braga (Psol-RJ), quando ocupou a sala do Conselho de Ética numa greve de fome de nove dias. O Correio Político ouviu Glauber sobre a comparação.

Solitária

“Essa comparação por parte dos parlamentares de extrema-direita não é apenas desproporcional”, disse Glauber. “É, no mínimo, cínica”. Glauber argumenta que ele não tentou dar golpe de Estado, nem proteger os que antes tentaram o mesmo. Sua ação foi solitária.

Lula Marques/Agência Brasil



Glauber durante a greve de fome no Conselho de Ética

Para Glauber, outros casos não tiveram a rapidez do seu

O deputado justifica sua ação como uma resposta a uma “tentativa de cassação injusta” do seu mandato. Lembrando: em abril, o Conselho de Ética aprovou, por 13 votos a cinco, a cassação do mandato de Glauber, depois que ele expulsou, com empurrões e chutes, o militante do Movimento Brasil Livre (MBL) Gabriel

Costenaro da Câmara. Glauber afirma que ele teria insultado sua mãe. Ele aponta que a principal razão do processo teria sido suas denúncias sobre o orçamento secreto e contra o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL). Havendo ou não razão, o que Glauber comenta é que a mesma rapidez não houve em outros casos.

Zambelli

“Lembremos que Carla Zambelli não foi levada ao plenário da Câmara até hoje”, diz Glauber. Zambelli, condenada por contratar um hacker para invadir o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está presa na Itália, para onde fugiu, esperando possível extradição.

Brazão

“Lembremos que Chiquinho Brazão, acusado de ser o mandante do assassinato de Marielle, não teve o caso dele levado ao plenário”, conclui Braga. Preso, o mandato de Chiquinho Brazão foi cassado por excesso de faltas: ele falou a mais de um terço das sessões.

Eduardo

“Lembremos que Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos conspirando contra o Brasil, e até hoje não foi analisada a situação”, continua. Eduardo pediu licença quando foi para os EUA. A licença expirou, e ainda não há decisão sobre o que a Câmara fará com o seu caso.

Embolar

“O que esses golpistas estão tentando fazer é embolar o jogo”, considera Glauber. “Eles se articularam com Donald Trump [presidente dos Estados Unidos], tocando medidas de tarifaço para prejudicar o Brasil, o emprego de brasileiros, tentando criar situações de impasse”.

Motta tenta se firmar em meio à crise no Congresso

Presidente da Câmara quer postura firme contra o motim

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

Eleito com apoio do Partido dos Trabalhadores ao Partido Liberal — o que exigiu compromissos com agendas opostas —, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), tenta se equilibrar entre o rigor institucional e a necessidade de manter a base política que o elegeu, mas esse equilíbrio é frágil. É o que avalia o cientista político Elias Tavares, em entrevista ao Correio da Manhã. “Agora, fica claro que parte disso é impossível de entregar sem romper com algum lado”, explicou.

Na sexta-feira (9), Motta convocou uma reunião virtual com a Mesa Diretora da Casa para discutir a conduta de deputados federais durante os protestos ocorridos nos dias 5 e 6 de agosto. A intenção demonstrada foi a de querer punir aqueles que cometeram excessos durante os dois dias em que o plenário foi tomado pela oposição. Em nota, a assessoria da Presidência da Câmara informou que “a fim de permitir a devida apuração do ocorrido, decidiu-se pelo imediato encaminhamento de todas as denúncias à Corregedoria Parlamentar para análise”.

Os protestos, liderados por parlamentares da oposição, tomaram o Congresso Nacional em reação à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). As manifestações incluíram obstrução de sessões e atos simbólicos, como o do



Hugo Motta na retomada do plenário: punição para os excessos de parlamentares

senador Magno Malta (PL-ES), que se acorrentou à mesa do plenário.

Oposição

Como resposta, Hugo Motta encaminhou à Corregedoria pedidos de afastamento, por até seis meses, de 14 deputados da oposição envolvidos nos atos. São eles: Marcos Pollon (PL-MS), Zé Trovão (PL-SC), Júlia Zanatta (PL-SC), Marcel van Hattem (Novo-RS), Paulo Bilynskyj (PL-SP), Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), Nikolas Ferreira (PL-MG), Tenente-Coronel Zucco (PL-RS), Allan Garcês (PL-TO), Caroline de Toni (PL-SC), Marco Feliciano (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF), Domingos Sávio (PL-MG) e Carlos Jordy (PL-RJ).

As representações foram

apresentadas por PT, PSB e Psol, que alegam que os parlamentares “extrapolaram todos os limites constitucionais e regimentais do direito de obstrução parlamentar”.

Em resposta, parlamentares da direita acusaram o governo de tentar criminalizar a oposição. “É inadmissível que, por agir em defesa da liberdade e contra abusos, a oposição seja criminalizada. A simples remessa de uma denúncia à Corregedoria não é sanção alguma. Pelo contrário: é mais um motivo para a direita se manter unida e intensificar a luta”, disse nota do grupo.

Jara

Além dos citados, a deputada Camila Jara (PT-MS), da base governista, também foi

alvo de denúncia, acusada de agredir o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) durante os tumultos. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, apresentou representação contra Jara, alegando que ela teria “agredido covardemente” Ferreira pelas costas, provocando sua queda.

“Violência não é argumento. Imunidade parlamentar não é salvo-conduto para agressão. Estamos vigilantes. E vamos até o fim”, declarou o líder em publicação na rede social X (antigo Twitter).

A assessoria da deputada nega a agressão e afirma que ela apenas reagiu ao empurra-empurra generalizado. “Ela agiu como qualquer mulher reagiria ao ser pressionada por um homem contra a multidão”.

Projeto de anistia deve sofrer alterações para ser aprovado

Lula Marques/Agência Brasil



Arthur Lira negociou pautar anistia para parar motim

Por Gabriela Gallo

Após dois dias intensos de obstrução de parlamentares da direita, o Congresso Nacional retornou oficialmente suas atividades parlamentares. Nesta terça-feira (12) está agendada a reunião de líderes para alinhar quais são as próximas pautas que serão votadas. A dúvida agora é se o plenário da Câmara pautará o projeto de lei que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em Brasília, e a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) nº 333/2017, que determina “extinguir o foro especial por prerrogativa de função [conhecido como foro privilegiado] no caso dos crimes comuns”. Ambas as pautas foram exigências de parlamentares da oposição durante obstrução das Mesas Diretores do Congresso.

O líder do Partido Liberal (PL) na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que ficou acordado entre os líderes da Casa que ambos os textos serão pautados na próxima semana. O presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (Republicanos-PB), por outro lado, destacou que ainda não há uma pauta definida para a próxima semana e reforçou que as prerrogativas da presidência são inegociáveis.

“Não haverá mudança do comportamento da presidência. A presidência tem o formato que entende ser o correto para trabalhar, ou seja, obede-

cendo o regimento, respeitando a maioria da Casa e respeitando o colégio de líderes para que a pauta possa ser elaborada”, disse Motta em entrevista à CNN na sexta-feira (8).

Anistia

Ao Correio da Manhã, o cientista político Isaac Jordão avalia que o projeto da anistia não deve ser pautado tão cedo. “Hugo Motta foi na linha de [Davi] Alcolumbre [presidente do Senado] e disse que as prerrogativas da presidência não são negociáveis. Entendo que isso significa que as propostas não serão pautadas por causa da obstrução, mas é importante lembrar que o grupo que obstruiu a Mesa é justamente o grupo do qual Motta faz parte”, disse Jordão.

Por outro lado, a reportagem também conversou com o professor de políticas públicas do Ibmec Brasília Eduardo Galvão, que avaliou que, baseado nos últimos dias, ambas as pautas devem ser apreciadas nas próximas semanas. “Apesar da retórica inflamada e do clima de confronto, os sinais vindos dos bastidores indicam que houve acordo, e que Arthur Lira [PP-AL, ex-presidente da Câmara] esteve no centro desse processo. E Lira tem fama de cumprir acordos. Em política, quando a temperatura sobe, o caminho mais provável não é o rompimento, mas sim a abertura de espaço para uma ‘troca de moedas’. Nesse cenário, pautar ambos os projetos parece não só pos-

sível, mas quase inevitável”, ponderou Galvão ao Correio da Manhã.

O professor ainda completou que, uma vez pautados, os textos têm chance de serem aprovados. “No Congresso, a aprovação de qualquer pauta relevante é como alinhar várias engrenagens, e a principal delas é o consenso entre as lideranças. Se as negociações avançarem e o compromisso for mantido, a probabilidade de aprovação aumenta consideravelmente. Não é garantia, mas é o tipo de movimento que se torna viável quando o Plenário vê vantagem política em resolver o impasse”, declarou o cientista político.

Anistia

O doutor em Direito Constitucional e Livre-docente em Teoria Geral do Estado da Universidade de São Paulo Rubens Beçak acredita que o projeto que concede anistia aos envolvidos nos ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro precisará de uma “recalibragem” para que seja aprovado. Ele citou como exemplo o caso do general da reserva Mario Fernandes, que admitiu ter sido o autor do plano “Punhal Verde Amarelo”, que previa os assassinatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do STF Alexandre de Moraes, que na época presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“O projeto da anistia deve fazer algumas exceções para ter chance de aprovação maior”.